

Dia dos Povos Indígenas: Estado reforça importância das políticas públicas transversais

19/04/2024

Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Com uma Secretaria, um Conselho com ampla representação e diversas políticas públicas transversais bem-sucedidas, o Governo do Estado reforça neste Dia dos Povos Indígenas (19 de abril) a diversidade dos povos originários no Paraná. O Paraná tem [30.460 indígenas autodeclarados](#), de acordo com o Censo 2022, número que representa 0,27% da população total (11.443.208 habitantes). Dos 399 municípios, 178 apresentaram aumento das suas populações indígenas na última década. São 345 cidades com registro de ao menos um indígena autodeclarado - 86% do total.

A criação da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), no início de 2023, ampliou os projetos em torno desse público. Eles são voltados para garantia de direitos, proteção e fortalecimento da população.

Um dos marcos foi a 1ª Conferência Estadual dos Povos Indígenas, realizada em Foz do Iguaçu em dezembro do ano passado, que resultou na eleição dos primeiros 11 conselheiros das etnias Kaingang, Guarani e Xetá, distribuídos por todo o território paranaense, garantindo representatividade dentro do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, criado há um ano. A diplomação ocorreu em março deste ano. O colegiado é responsável por discutir problemas e apontar soluções para os povos, inclusive com a deliberação de recursos.

Outro destaque foi a criação da Câmara Técnica de Enfrentamento às Violências Contra às Mulheres Indígenas no Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres do Paraná, formado por secretarias de governo e órgãos do Sistema de Justiça. A ideia é que esse tema seja enfrentando com prioridade a partir desse ano.

Outras ações desenvolvidas diretamente pela pasta, com o apoio de outras secretarias, envolvem a distribuição de alimentos e auxílio direto às comunidades indígenas Guarani da região de Curitiba e Litoral e nas aldeias do Oeste do Paraná, principalmente nos municípios de Terra Roxa, Guaíra, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Diamante D'Oeste; e o reconhecimento do valor cultural das etnias paranaenses nos Jogos Indígenas,

com edições já realizadas em Londrina, Maringá e Paranaguá. As competições envolvem corridas de tora, arremesso de lança, zarabatana, arco e flecha, luta corporal e cabo de guerra.

Segundo a secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, o Estado quer ampliar as políticas públicas para os povos indígenas. "A escolha dos conselheiros, por exemplo, representa um marco histórico tanto para os povos indígenas quanto para a sociedade em geral. Este acontecimento é crucial para assegurar que as vozes dos povos originários com a participação dessas lideranças sejam reconhecidas, valorizadas e refletidas nas políticas públicas. Vamos avançar muito nos próximos anos", declarou.

- [Com apoio de política estadual, indígena de Nova Laranjeiras cursa medicina na Unioeste](#)

EDUCAÇÃO E SAÚDE – Outras áreas do Estado também organizam políticas específicas para os indígenas. O Governo do Estado mantém 42 escolas estaduais indígenas em todas as regiões, atendendo 5.078 alunos e oferecendo 9.503 refeições diárias, inclusive com linguagem bilíngue, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seed).

Os colégios indígenas do Paraná também têm um grande diferencial em relação aos demais estados. O Estado oferece a melhor infraestrutura básica de escola indígena do Brasil. Todas as escolas têm energia elétrica e todas são abastecidas por água encanada o poço artesiano. De acordo com dados do Censo Escolar de 2021, o Brasil tem 3.466 escolas indígenas. Dessas, 30% não têm energia e 63% não têm água potável.

Outro destaque é o investimento anual de R\$ 3,5 milhões da Secretaria de Estado da Tecnologia e Ensino Superior (Seti). A pasta dedica atenção à política de inclusão e formação superior indígena no Paraná desde 2001, quando implantou e normatizou a política por meio da Lei Estadual nº. 13.134/2001, alterada pela Lei 14.995/2006, garantindo a reserva de vagas suplementares para estudantes indígenas nas instituições de ensino superior do Estado.

Atualmente, são destinadas aos indígenas 52 vagas totais em cursos de graduação nas oito universidades: UEL, UEM, UEPG, Unioeste, Unespar, UENP, Unicentro e UFPR. O [resultado do último vestibular foi divulgado nesta quinta-feira \(18\)](#). A Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA) acompanha a Política Estadual de Inclusão Indígena ao Ensino Superior. Elas desenvolvem ações como vale-transporte urbano, a bolsa permanência e grupos de estudos

específicos.

Na saúde, o acesso ao cuidado integral contempla o olhar para os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais.

A Secretaria da Saúde atua para a promoção da equidade em saúde, com ações incluídas no Plano Estadual de Saúde (PES) com o objetivo de promover a equidade em saúde às populações específicas que vivem em contextos de vulnerabilidade. Além disso, trabalha conjuntamente com gestores e profissionais do Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul (DSEI LSUL), e com as 22 Regionais de Saúde e os 399 municípios paranaenses para desenvolver ações direcionadas à saúde indígena no Estado.

Outro ponto trabalhado é a Linha de Atenção Materno Infantil. A gestante e a criança indígena são estratificadas no risco intermediário, o que impacta na atenção da assistência, na agilidade do acesso a exames e consultas especializadas. A população indígena do Estado também recebe vacinação conforme o Programa Nacional de Imunização, com cobertura vacinal de cerca de 97% dos indígenas vivendo em áreas indígenas do Estado.

- [**Operação Rondon Paraná 2024 define lista final dos municípios contemplados**](#)
- [**Estado aumenta mapeamento nutricional da população e divulga hábitos alimentares**](#)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Outra experiência bem-sucedida é a cogestão de um espaço de 4,4 mil hectares, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, que integra a Floresta Estadual Metropolitana, uma das mais de 70 Unidades de Conservação (UCs) espalhadas pelo Paraná. O complexo ambiental é administrado desde 2022 pelos próprios indígenas, algo inédito no País, com base em um Termo de Cooperação de gestão entre o Instituto Água e Terra (IAT) e o Instituto e Centro de Formação Etno Bio Diverso Ângelo Kretã.

Pelo acordo, o IAT garante todo o suporte técnico, com a manutenção dos equipamentos públicos instalados na Floresta Estadual Metropolitana. Já o Instituto Angelo Kretz se compromete a respeitar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação e requisitar autorização do órgão ambiental para qualquer intervenção a ser feita na UC. O acordo não prevê repasses financeiros. Ao todo, são 35 indígenas de 11 famílias que ocupam e fazem o manejo da UC por meio do Termo de Cooperação.

CULTURA – Outra ação importante é na cultura. O Museu Paranaense (MUPA), terceiro mais antigo do País, está passando por um [processo de revisão histórica](#), promovendo novos olhares sobre sua coleção. Além disso, o museu passa por uma fase de ampliação do acervo, contando com as perspectivas de indígenas de diversas etnias. Dentre os principais projetos, há a contratação de bolsistas indígenas para atividades de pesquisa e curadoria; exposições sobre o tema, como “Mejtere: histórias recontadas”, que percorre objetos a partir de um olhar contemporâneo sobre a população indígena; e projetos especiais de aproximação de artistas indígenas com o acervo, como “Retomada da Imagem”.